

PMDB quer suspender o pagamento da dívida

Brasília — Disposto a reverter a situação de desgaste político junto ao eleitorado que lhe conferiu a maior vitória já obtida por um partido no país, o PMDB está ultimando, em sucessivas reuniões de sua cúpula, um contra-ataque que já tem as linhas mestras praticamente definidas: suspensão do pagamento da dívida externa, com realização de uma auditoria para definir o que é lícito em seu total, fixação de um percentual máximo — em torno de 10% — para o posterior pagamento — e tabelamento dos juros bancários.

As propostas serão encaminhadas ao presidente José Sarney como uma espécie de compensação ao partido pelo respaldo às ações do governo. Elas devem ser concluídas até o início da próxima semana, de forma a serem encaminhadas ao governo antes da reunião do Clube de Paris, no próximo dia 15, quando o ministro Dilson Funaro vai encontrar-se com os credores brasileiros. O trabalho vem sendo executado pela cúpula partidária — parlamentares, ministros e governadores eleitos —, com o assessoramento de economistas ligados ao partido mas fora da equipe do governo.

Nos últimos oito dias, a cúpula pemedebista já realizou quase uma dezena de reuniões para discutir o assunto e uma das conclusões a que chegaram, segundo informou ontem o líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga, foi a de que “não serão mais permitidas concessões na negociação da dívida ou manutenção às concessões que já vinham sendo feitas”. Pimenta negou-se a enumerar as concessões, mas um outro parlamentar, que também tem participado das discussões, assegurou que a principal mudança que o PMDB exigirá é o fim das taxas de juros flexíveis para o pagamento da dívida brasileira.

Numa das inúmeras reuniões realizadas ao longo do último final de semana, foi apresentado o esboço de um documento do partido, redigido pelo governador eleito de Pernambuco, Miguel Arraes. O documento foi apresentado ao partido com essas sugestões, recebeu sinal verde do grupo e está agora nas mãos de seu presidente nacional, Ulysses Guimarães, que deverá se pronunciar sobre ele nas próximas horas. Os pemedebistas já têm a proposta de moratória praticamente afastada, porque, conforme explicou um deles, “isso significaria o reconhecimento público de uma dívida, que não se sabe até onde é lícita”.

Afastada a proposta da moratória, a da suspensão do pagamento começou a tomar força, na medida em que ela terá como consequência imediata a realização de uma auditoria para identificar quais os débitos lícitos. Explicou um dos seus idealizadores que, após a auditoria, o PMDB deseja que o governo brasileiro fixe um percentual máximo para o pagamento de seus compromissos internacionais e há uma forte corrente defendendo a limitação em 10% do valor das exportações nacionais.

O presidente José Sarney foi informado na última sexta-feira da movimentação pemedebista por Pimenta da Veiga e, de acordo com o líder, “achou muito bom”. Disse ainda Pimenta: “A decisão quanto à negociação do pagamento da dívida externa é eminentemente política e nós precisamos dizer aos nossos credores que não podemos continuar fazendo os pagamentos que estamos fazendo até agora. Eles comprometem todo o desenvolvimento do país.”

Aliás, Pimenta da Veiga deve iniciar no próximo dia 8, como enviado do partido, uma maratona pelos Estados Unidos e países da Europa, para divulgar o posicionamento do PMDB acerca da negociação da dívida externa. “Vamos tentar uma ação solidária com os que têm interesses semelhantes aos nossos e alertar aos que têm interesses conflitantes sobre a nossa posição contra qualquer concessão na negociação da dívida ou manutenção das concessões que vinham sendo feitas até agora.”

O tabelamento dos juros bancários, uma espécie de compensação interna mais imediata ao Plano Cruzado II, será, segundo explicou um parlamentar, “a forma de o governo mostrar ao povo que não tira apenas do trabalhador, que os banqueiros também serão sacrificados”. Informou a mesma fonte que nas últimas reuniões foram feitas algumas auto-críticas dentro do partido pelo apoio imediato de alguns de seus dirigentes às medidas econômicas que acabaram irritando a população, sem que de pronto tivessem sido negociadas contrapartidas, como está tendo que ser feito agora, em plena crise.

